

## PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

### Decreto do Presidente da República n.º 74/95

de 14 de Outubro

O Presidente da República decreta, nos termos do artigo 138.º, alínea b), da Constituição, o seguinte:

É ratificado o Tratado de Amizade e Cooperação entre a República Portuguesa e a Federação da Rússia, assinado em Moscovo em 22 de Julho de 1994 e aprovado, para ratificação, pela Resolução da Assembleia da República n.º 40/95, em 8 de Junho de 1995.

Assinado em 15 de Setembro de 1995.

Publique-se.

O Presidente da República, MÁRIO SOARES.

Referendado em 20 de Setembro de 1995.

O Primeiro-Ministro, *Aníbal António Cavaco Silva*.

## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

### Resolução da Assembleia da República n.º 40/95

**Aprova, para ratificação, o Tratado de Amizade e Cooperação entre a República Portuguesa e a Federação da Rússia**

A Assembleia da República resolve, nos termos dos artigos 164.º, alínea j), e 169.º, n.º 5, da Constituição, aprovar, para ratificação, o Tratado de Amizade e Cooperação entre a República Portuguesa e a Federação da Rússia, assinado em Moscovo em 22 de Julho de 1994, cuja versão autêntica nas línguas portuguesa e russa segue em anexo à presente resolução.

Aprovada em 8 de Junho de 1995.

O Presidente da Assembleia da República, *António Moreira Barbosa de Melo*.

### TRATADO DE AMIZADE E COOPERAÇÃO ENTRE PORTUGAL E A FEDERAÇÃO DA RÚSSIA

Portugal e a Federação da Rússia:

Recordando os antigos laços que existem entre os dois Países;

Dando solene expressão ao seu desejo de reforçar os vínculos de amizade e cooperação com base num idêntico respeito pelos valores universais da democracia, do respeito pelos direitos humanos, pelo pluralismo político e pela liberdade de escolha e de iniciativa individuais;

Reiterando a mútua convicção de que o seu relacionamento amistoso é um contributo importante para a paz e a segurança internacionais;

Salientando, com satisfação, as profundas transformações ocorridas na Europa nos últimos anos, que vieram tornar possível pôr fim a divisões artificiais e ao risco de confrontação militar entre o Leste e o Oeste;

Decididos a darem um avanço qualitativo importante ao conjunto das suas relações políticas,

económicas, comerciais, tecnológicas, científicas e culturais;

Reafirmando o seu respeito pelas normas de direito internacional, pelos princípios contidos na Carta das Nações Unidas, assim como por todos os compromissos assumidos no quadro da CSCE;

acordam no seguinte:

## CAPÍTULO I

### Relações políticas

#### Artigo 1.º

Portugal e a Federação da Rússia baseiam as suas relações na amizade, igualdade soberana, respeito pela integridade territorial e pela independência, assim como no espírito de confiança, de parceria e de cooperação.

#### Artigo 2.º

As duas Partes, com o objectivo comum do desenvolvimento e aprofundamento das relações políticas bilaterais, realizarão consultas regulares, incrementarão os contactos e as trocas de informações.

Para tal efeito organizarão, sempre que necessário, cimeiras ao mais alto nível político, consultas regulares a nível dos respectivos Ministros dos Negócios Estrangeiros e encontros, também periódicos, entre peritos abrangendo as questões da actualidade internacional e todas as outras que sejam de comum interesse.

Os restantes membros dos respectivos Governos desenvolverão igualmente contactos sobre matérias de interesse mútuo.

As duas Partes procurarão, através dessas consultas, harmonizar as suas posições e contribuir para o reforço da estabilidade e da segurança em liberdade na Europa e no Mundo.

#### Artigo 3.º

O desenvolvimento e a consolidação das reformas democráticas em curso na Federação da Rússia constituem, para ambas as Partes, um elemento essencial na construção duma Europa mais unida.

#### Artigo 4.º

As duas Partes darão especial importância à cooperação bilateral nos domínios ligados ao funcionamento do Estado de direito, das garantias das liberdades individuais e do respeito pelos direitos humanos.

As Partes desenvolverão também a sua cooperação nos domínios judicial e judiciário e fomentarão os contactos entre os respectivos organismos competentes no campo do apoio jurídico em matéria de direito civil, inclusive no que respeita à família, e direito penal.

#### Artigo 5.º

As duas Partes favorecerão os contactos entre os Parlamentos respectivos.

#### Artigo 6.º

As duas Partes sublinham a especial importância do desenvolvimento das relações entre a Federação da Rús-

sia e a União Europeia, nomeadamente através da aplicação do Acordo de Parceria e Cooperação, para o estreitamento das relações bilaterais.

#### Artigo 7.º

A Parte Portuguesa apoia o reforço crescente dos laços da Federação da Rússia com o Conselho da Europa, baseado no pleno respeito pelos princípios desta Organização e com vista à sua adesão.

### CAPÍTULO II

#### Relações económicas

#### Artigo 8.º

Portugal e a Federação da Rússia favorecerão por todos os meios o incremento e a diversificação das relações bilaterais nas áreas económica e industrial, bem como a diversificação das trocas comerciais com vista à elevação do seu nível global, e reforçarão os mecanismos legais das garantias financeiras subjacentes.

#### Artigo 9.º

Com o objectivo de incentivarem o equilíbrio das relações económicas bilaterais, as Partes fomentarão o comércio recíproco, o investimento directo e a cooperação entre os empresários e produtores dos dois países. Para tal fim, ambas as Partes encorajarão um contacto regular e activo entre as respectivas instituições financeiras de crédito ao exterior, as associações empresariais e as representações dos diversos sectores produtivos de carácter público ou privado. As Partes desenvolverão igualmente a possível acção no quadro dos mecanismos de liquidação de débitos pendentes.

#### Artigo 10.º

A Parte Portuguesa envidará os seus melhores esforços para colaborar no processo de transformação da economia da Parte Russa numa economia de mercado, através da concessão da informação necessária, apoio técnico e preparação de especialistas.

#### Artigo 11.º

No desenvolvimento das relações económicas as duas Partes terão em consideração a cada vez maior interdependência mundial e as competências das organizações económicas e financeiras internacionais a que elas pertencem, favorecendo Portugal, naquelas de que a Federação da Rússia ainda não é membro, a sua progressiva participação e integração.

Neste contexto, Portugal salvaguarda nas relações luso-russas as competências específicas da União Europeia e das suas instituições.

### CAPÍTULO III

#### Relações culturais, científicas e tecnológicas

#### Artigo 12.º

Portugal e a Federação da Rússia pretendem aumentar nos domínios cultural, científico e tecnológico os

contactos, troca de informações e intercâmbio de especialistas, bem como realizar iniciativas e programas comuns com vista a um mais profundo e enriquecedor conhecimento mútuo. Para esse fim, as duas Partes favorecerão os contactos directos entre os respectivos cidadãos.

#### Artigo 13.º

As duas Partes fomentarão uma cooperação e um intercâmbio mais estreito entre as respectivas instituições académicas, comunidades científicas e institutos de pesquisa, bem como entre empresas e firmas estatais, atendendo igualmente à utilidade da participação conjunta em programas técnico-científicos europeus ou internacionais.

#### Artigo 14.º

Portugal e a Federação da Rússia desejam ver aumentada a difusão, com base na vantagem mútua, da respectiva produção literária e de publicações periódicas, bem como dos programas de rádio e de televisão e de outros meios audiovisuais. As Partes favorecerão o desenvolvimento da colaboração nos domínios da imprensa e da restante comunicação social, fomentando as iniciativas conjuntas, nomeadamente no quadro de programas europeus.

### CAPÍTULO IV

#### Cooperação internacional

#### Artigo 15.º

Portugal e a Federação da Rússia contribuirão para a solução pacífica e negociada das graves questões que afectam a comunidade internacional, tanto na Europa como nas outras regiões.

Para esse fim as duas Partes desejam aprofundar a sua colaboração no quadro da ONU com vista ao reforço crescente do papel desta Organização, e nos das outras organizações e instituições internacionais.

#### Artigo 16.º

Portugal e a Federação da Rússia desejam colaborar no reforço da eficiência da CSCE com o objectivo da consolidação da paz, da estabilidade, da segurança e do progresso entre todos os Estados participantes.

As Partes manifestam-se a favor da institucionalização progressiva da CSCE como organização regional e da criação na Europa de um espaço comum de cooperação nos domínios político, económico, cultural, jurídico, humanitário e ambiental.

#### Artigo 17.º

Portugal e a Federação da Rússia reconhecem a importância, nas relações internacionais, da aplicação generalizada dos princípios do Estado de direito, da democracia e do respeito pelos direitos humanos e apoiam os mecanismos previstos para esse fim pela Carta da ONU e pelos documentos pertinentes da CSCE e do Conselho da Europa. As duas Partes colaborarão acti-

vamente nas medidas concertadas internacionalmente, nomeadamente nos quadros da ONU e da CSCE, destinadas a combater as violações dos direitos humanos, o racismo, a intolerância, o ultranacionalismo e a xenofobia sob todas as formas.

#### Artigo 18.º

As duas Partes comprometem-se a incentivar o respeito generalizado pelos princípios e resoluções das organizações internacionais de carácter universal ou regional destinadas à manutenção da paz e da segurança, o recurso à solução pacífica dos diferendos, a cooperação no combate ao terrorismo internacional e a prevenção da proliferação de quaisquer armas de destruição maciça. Neste contexto, pronunciam-se a favor de um carácter universal e permanente para o Tratado sobre a não Proliferação de Armas Nucleares e da continuação da limitação e redução controlada de armas nucleares.

As duas Partes sublinham a importância da Convenção sobre Proibição do Desenvolvimento, Fabricação, Armazenamento e Utilização de Armas Químicas e sobre a Sua Destruição, concluída em 13 de Janeiro de 1993, e conjugarão os seus esforços para a sua rápida ratificação e entrada em vigor e a adesão do máximo número de países.

#### Artigo 19.º

As duas Partes incentivarão a criação de um clima de maior confiança e transparência no domínio da segurança e da defesa tanto a nível regional como global, quer por intermédio de organizações internacionais e iniciativas a elas ligadas, como a parceria para a paz, quer através de contactos bilaterais ao nível dos respectivos Ministérios da Defesa e das suas Forças Armadas.

As Partes apoiam os esforços multilaterais para a continuação da redução verificável dos efectivos militares e do nível dos armamentos convencionais até aos limites mínimos compatíveis com as necessidades legítimas da defesa nacional, em conformidade com os princípios consagrados no Tratado sobre Forças Armadas Convencionais na Europa.

#### Artigo 20.º

Ambas as Partes desejam intensificar a cooperação tanto no domínio do auxílio humanitário como no da protecção do meio ambiente, quer no quadro de organismos internacionais quer ao nível bilateral.

#### Artigo 21.º

As duas Partes cooperarão nos domínios da luta contra o crime organizado, o tráfico ilegal de drogas e de substâncias psicotrópicas e o contrabando, incluindo a transferência ou a exportação ilegal de bens culturais ou históricos. As Partes colaborarão igualmente no combate ao terrorismo internacional e aos actos ilegais que afectem a segurança da navegação marítima e da aviação civil.

## CAPÍTULO V

### Disposições finais

#### Artigo 22.º

Ambas as Partes desenvolverão e actualizarão, quando conveniente, o quadro jurídico do seu relacionamento bilateral com vista ao melhor cumprimento dos objectivos do presente Tratado.

#### Artigo 23.º

As disposições do presente Tratado não afectam os compromissos internacionais de Portugal e da Federação da Rússia tanto no plano multilateral como em relação a terceiros países e não são dirigidas contra qualquer destes.

#### Artigo 24.º

O presente Tratado será submetido às formalidades internas de cada uma das Partes para a sua ratificação e entrará em vigor na data da troca dos instrumentos de ratificação.

#### Artigo 25.º

O presente Tratado terá uma duração ilimitada, mas poderá ser denunciado livremente cessando os seus efeitos seis meses após a notificação por escrito por uma das Partes à outra da sua decisão de lhe pôr fim.

Feito em Moscovo em 22 de Julho de 1994, em dois exemplares na língua portuguesa e na língua russa, ambos os textos fazendo igualmente fé.

Por Portugal:

*Aníbal António Cavaco Silva*, Primeiro-Ministro.

Pela Federação da Rússia:

*B. N. Ieltsin*, Presidente.

## ДОГОВОР

### О ДРУЖБЕ И СОТРУДНИЧЕСТВЕ МЕЖДУ ПОРТУГАЛИЕЙ И РОССИЙСКОЙ ФЕДЕРАЦИЕЙ

Португалия и Российская Федерация, принимая во внимание давние связи между двумя странами, торжественно выражая свое стремление укреплять узы дружбы и сотрудничества на основе равного уважения универсальных демократических ценностей, соблюдения прав человека, политического плюрализма, свободы выбора и личной инициативы, будучи убеждены, что дружеские отношения между ними являются важным вкладом в дело мира и международной безопасности, с удовлетворением отмечая глубокие перемены, происшедшие в Европе в последние годы, сделавшие возможным прекращение искусственного разделения и устранение риска военной конфронтации между Востоком и Западом, преисполненные решимости добиться значительного качественного продвижения всего комплекса своих политических, экономических, торговых, технологических, научных и культурных отношений, подтверждая свою приверженность нормам международного права, принципам Устава Организации Объединенных Наций, а также всем договоренностям, достигнутым в рамках Совещания по безопасности и сотрудничеству в Европе, договорились о следующем:

## I

## Политические отношения

## Статья 1

Португалия и Российская Федерация строят свои отношения на основе дружбы, суверенного равенства, уважения территориальной целостности и независимости, в духе доверия, партнерства и сотрудничества.

## Статья 2

В интересах развития и углубления двусторонних политических отношений Стороны будут проводить регулярные консультации, расширять контакты и обмен информацией.

С этой целью будут проводиться по мере необходимости встречи на высшем политическом уровне, регулярные консультации на уровне министров иностранных дел, а также периодические встречи экспертов по актуальным международным проблемам и любым другим вопросам, представляющим взаимный интерес.

Другие члены правительств Сторон также будут поддерживать контакты по вопросам, представляющим взаимный интерес.

В ходе консультаций Стороны будут стремиться гармонизировать свои позиции и способствовать укреплению стабильности и безопасности в условиях свободы в Европе и в мире.

## Статья 3

Развитие и закрепление демократических реформ, проводимых в Российской Федерации, являются для обеих Сторон важнейшим элементом в строительстве единой Европы.

## Статья 4

Стороны будут придавать особое значение двустороннему сотрудничеству в области функционирования правового государства, обеспечения личных свобод и соблюдения прав человека.

Они также будут развивать сотрудничество в судебно-правовой области и будут способствовать контактам между соответствующими компетентными организациями в области правовой помощи по гражданским, включая семейные, и уголовным делам.

## Статья 5

Стороны будут поощрять контакты между парламентами двух стран.

## Статья 6

Стороны признают особую важность развития отношений между Российской Федерацией и Европейским Союзом для укрепления двусторонних связей, в частности, путем реализации Соглашения о партнерстве и сотрудничестве.

## Статья 7

Португалия поддерживает укрепление связей Российской Федерации с Советом Европы, основанное на полном соблюдении принципов этой организации и имеющее целью вступление России в Совет Европы.

## II

## Экономические отношения

## Статья 8

Португалия и Российская Федерация будут оказывать всемерное содействие расширению и углублению двусторонних отношений в экономической и промышленной областях, а также диверсификации взаимной торговли с целью увеличения ее общего объема и укреплять установленные законом механизмы соответствующих финансовых гарантий.

## Статья 9

С целью стимулирования сбалансированности двусторонних экономических отношений Стороны будут способствовать развитию взаимной торговли, прямых инвестиций и кооперации между предпринимателями и производителями обеих стран. Для этого обе Стороны будут поощрять регулярные и активные контакты между соответствующими финансовыми учреждениями, занимающимися предоставлением внешних кредитов, союзами предпринимателей и представительствами государственных и частных производственных секторов. Стороны будут также принимать возможные меры в рамках механизмов погашения имеющейся задолженности.

## Статья 10

Португалия будет оказывать всемерное содействие процессу преобразования экономики России в рыночную экономику путем предоставления необходимой информации, технической помощи и подготовки специалистов.

## Статья 11

В развитии своих экономических отношений Стороны будут учитывать постоянно возрастающую мировую взаимозависимость и полномочия международных экономических и финансовых организаций, в которые они входят. Португалия будет способствовать возрастающему участию и интеграции Российской Федерации в те из них, членом которых Россия еще не является.

В этом контексте Португалия сохраняет в португало - российских отношениях соответствующую компетенцию за Европейским Союзом и его органами.

## III

## Отношения в области культуры, науки и технологии

## Статья 12

Португалия и Российская Федерация будут расширять контакты и обмен информацией и специалистами, осуществлять совместные мероприятия и программы в области культуры, науки и технологии для углубления и обогащения познаний друг о друге. С этой целью Стороны будут содействовать прямым контактам между гражданами двух стран.

## Статья 13

Португалия и Российская Федерация будут поощрять более тесное сотрудничество и обмена между соответствующими академическими учреждениями, научными обществами и научно-исследовательскими институтами, а также государственными и частными фирмами и предприятиями, оказывать содействие совместному участию в различных европейских и международных научных и технических программах.

## Статья 14

Стороны будут стремиться к более широкому распространению на взаимовыгодной основе их книжной продукции, периодических изданий, а также радио- и телевизионных программ и других аудиовизуальных средств. Они будут способствовать развитию сотрудничества в области печати и других средств массовой информации, содействуя совместным инициативам, в частности, в рамках европейских программ.

## IV

## Международное сотрудничество

## Статья 15

Португалия и Российская Федерация будут содействовать мирному разрешению путем переговоров острых проблем, затрагивающих международное сообщество как в Европе, так и в других регионах.

С этой целью Стороны намерены углублять свое взаимодействие в рамках ООН, добиваясь дальнейшего повышения роли этой организации, а также в других международных организациях и институтах.

## Статья 16

Португалия и Российская Федерация будут сотрудничать в повышении эффективности СБСЕ в целях упрочения мира, стабильности, безопасности и прогресса всех государств-участников.

Они выступают за постепенное придание СБСЕ юридического статуса региональной организации, создание в Европе единого пространства сотрудничества в политической, экономической, культурной, юридической, гуманитарной областях и охране окружающей среды.

## Статья 17

Португалия и Российская Федерация признают важность всеобщего соблюдения в международных отношениях принципов правового государства, демократии, уважения прав человека, а также поддерживают механизмы, предусмотренные с этой целью Уставом ООН, соответствующими документами СБСЕ и Совета Европы.

Стороны будут активно сотрудничать в реализации международно согласованных мер, в частности, в рамках ООН и СБСЕ, направленных на борьбу с нарушениями прав человека, расизмом, нетерпимостью, агрессивным национализмом и ксенофобией во всех формах.

## Статья 18

Стороны будут поощрять всеобщее соблюдение принципов и резолюций международных организаций всемирного и регионального характера, направленных на поддержание мира и безопасности, мирное разрешение споров, сотрудничество в борьбе с международным терроризмом и предотвращение распространения любого оружия массового уничтожения. В этом контексте они выступают за придание Договору о нераспространении ядерного оружия бессрочного и универсального характера и продолжение ограничения и контролируемого сокращения ядерного оружия.

Стороны подчеркивают важность Конвенции о запрещении разработки, производства, накопления и применения химического оружия и о его уничтожении от 13 января 1993 года и будут содействовать ее скорейшей ратификации и вступлению в силу, а также участию в ней возможно большего числа государств.

## Статья 19

Стороны будут способствовать созданию климата большего доверия и транспарентности в области обороны и безопасности как на региональном, так и глобальном уровнях, через международные организации и связанные с ними инициативы, такие, как "Партнерство ради мира", и через двусторонние контакты на уровне министерств обороны и вооруженных сил двух стран.

Стороны поддерживают многосторонние усилия с целью продолжения поддающегося проверке сокращения численности личного состава вооруженных сил и обычных вооружений до минимального уровня законной оборонной достаточности в соответствии с принципами, закрепленными в Договоре об обычных вооруженных силах в Европе.

## Статья 20

Стороны будут развивать сотрудничество в области гуманитарной помощи и в области защиты окружающей среды как в рамках международных организаций, так и на двустороннем уровне.

## Статья 21

Стороны будут сотрудничать в сфере борьбы с организованной преступностью, незаконным оборотом наркотических средств и психотропных веществ и контрабандой, включая незаконную перевозку или вывоз культурных и исторических ценностей. Стороны будут также развивать сотрудничество в борьбе против международного терроризма и незаконных актов, затрагивающих безопасность морского судоходства и гражданской авиации.

## V

## Заключительные положения

## Статья 22

Стороны будут развивать и обновлять по мере необходимости договорно-правовую основу своих двусторонних отношений в целях наиболее полного осуществления целей настоящего Договора.

## Статья 23

Положения настоящего Договора ни в чем не затрагивают обязательства Португалии и Российской Федерации, как в многостороннем плане, так и по отношению к третьим государствам, и не направлены против какого-либо из них.

## Статья 24

Настоящий Договор подлежит ратификации в соответствии с существующим в каждой из Сторон порядком и вступит в силу в день обмена ратификационными грамотами.

## Статья 25

Настоящий Договор является бессрочным, но может быть свободно денонсирован, оставаясь в силе до истечения шести месяцев со дня, когда одна из Сторон направит другой Стороне уведомление о своем решении прекратить действие Договора.

Совершено в г. Москве "22" июля 1994 года в двух экземплярах, каждый на португальском и русском языках, причем оба текста имеют одинаковую силу.

ЗА ПОРТУГАЛИЮ



ЗА РОССИЙСКУЮ ФЕДЕРАЦИЮ



